



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Portaria CNMP-CN nº 00033, de 13 de fevereiro de 2017.

O **CORREGEDOR NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, no uso das atribuições previstas no art. 130-A, § 3º, da Constituição da República e nos arts. 18, I, II, VII e XIV, 67 e 68 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público,

**CONSIDERANDO** que o Corregedor Nacional comunicou ao Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, na 16ª Sessão Ordinária de 2016, a indicação do Ministério Público no Estado do Piauí como Unidade a ser correicionada;

**CONSIDERANDO** que os objetivos desta Corregedoria Nacional, além de detectar eventuais inadequações de ordens disciplinares ou administrativas, tomando as providências necessárias para o equacionamento das distorções constatadas, são as de também orientar e buscar o aprimoramento nas atividades ministeriais, conhecendo projetos inovadores que possam ser futuramente aplicados em outras unidades do Ministério Público, sendo imprescindível a verificação *in loco* do funcionamento dos serviços que estão sendo prestados naquele Estado:

**CONSIDERANDO** as Portarias CNMP-CN nºs 22, 23 e 24, todas de fevereiro de 2017, que instauraram procedimento de correição, respectivamente, no Ministério Público do Estado do Piauí, no Ministério Público Federal no Piauí e no Ministério Público do Trabalho no Piauí, no período de **20 a 24 de março de 2017**.


**RESOLVE:**

Art. 1º Requisitar, no período de **20 a 24 de março de 2017**, com dedicação exclusiva, a Procuradora Regional do Trabalho **Teresa Cristina D'Almeida Basteiro** para integrar a equipe de trabalho da Corregedoria Nacional do Ministério Público;

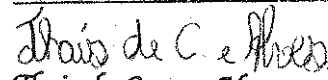
Art. 2º Revogar a requisição da Procuradora do Trabalho **Vanessa Fucina do Amaral**, que auxiliaria nos trabalhos desenvolvidos pela Corregedoria Nacional do Ministério Público.

Publique-se; comunique-se; cumpra-se.

Brasília-DF, 14 de fevereiro de 2017.

  
**CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO**  
Corregedor Nacional do Ministério Público

Publicado no DOU SEÇÃO 2  
de 15 / 02 / 2017  
Pág.: 59

  
**Thais de Cruz e Alves**  
Analista Judiciário  
Matricula: 8243-4